



Isidoro
Isidoro

Assembleia Municipal do Nordeste

ATA N.º 3

---Aos vinte dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Nordeste, edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Concelho de Nordeste, sob a presidência da Sra. Anabela Miranda Isidoro, Presidente da Assembleia Municipal, estando presentes os membros Srs. João de Deus Andrade de Sousa, Emília Isaura Soares de Mendonça, Dinis Alberto Pereira Miranda, António Carlos Teves Cabral de Melo, Isabel da Conceição Alvernaz Melo Oliveira, Auditor Manuel de Melo Moniz, Cláudio Ernesto Borges Botelho, Paulo César Pereira Pacheco, Marco Paulo Rebelo Mourão, Nemésia de Jesus da Silva Medeiros em substituição António Fernando Pacheco de Sousa, Nélia Moniz Vaz, João de Deus Furtado Amaral, Zélia de Fátima Silva Amaral Teixeira e Nuno Jorge Duarte Amaral.---

---Por força do disposto no n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, estiveram presentes os Srs. Luís Jorge Borges Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Nordeste, António Miguel Borges Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Lomba da Fazenda, José Miguel de Medeiros Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Nordestinho, José Nemésio Cabral Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António de Nordestinho, Alexandra de Fátima Barbosa Cabral Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Algarvia, Manuel Francisco Cabal Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Santana, Paulo Manuel de Medeiros Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Achada, António José Cabral Medeiros, Presidente da Junta de Freguesia de Achadinha e Armado Correia Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Salga.-----

---A identidade e legitimidade da cidadã Nélia Moniz Vaz foram verificadas em ato anterior à presente sessão.-----

---Assistiram ainda à sessão os Srs. Vereadores Rogério Cabral de Frias, Luís Dutra Borges e Sara Raquel Mendonça de Sousa. Faltou o Sr. Vereador Milton Mendonça que justificou a sua ausência por estar em representação da autarquia em outro evento durante a mesma hora da reunião.-----

Nordeste, 20 de dezembro de 2013



---Secretariaram a sessão os Srs. Paulo César Pereira Pacheco e Isabel da Conceição Alvernaz Melo Oliveira, respetivamente, 1.º secretário e 2.ª secretária.-----

---Verificada, assim a presença de todos os membros que constituem a Assembleia Municipal, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, aberta a sessão.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**ATA DA SESSÃO ANTERIOR**-----

---Foi lida a ata de sessão extraordinária realizada no dia vinte e sete de novembro corrente, a qual foi aprovada, por unanimidade.-----

---**CORRESPONDÊNCIA**-----

---A Assembleia tomou conhecimento da correspondência recebida das seguintes entidades, depois de feita a leitura da mesma:-----

---1- Ofício número mil cento e sessenta e um, de cinco de dezembro corrente, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, acusando a receção da Moção relacionada com o Encerramento do Tribunal Judicial de Nordeste, e informando de que a mesma mereceu a sua melhor atenção, tendo sido remetida aos Deputados do Grupo Parlamentar destacados para representar os interesses e agir, no âmbito das suas funções;-----

---2- Ofício número cinco mil quinhentos e trinta e sete, de quatro de dezembro corrente, do Gabinete do Primeiro-Ministro, informando de que a Moção sobre o Encerramento do Serviço de Finanças de Nordeste foi transmitida ao Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças e ao Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares;-----

---3- Ofício número cinco mil quinhentos e trinta e quatro, de quatro de dezembro corrente, do Gabinete do Primeiro-Ministro, informando de que a Moção sobre o Encerramento do Tribunal do Nordeste foi transmitida ao Gabinete da Ministra da Justiça e ao Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares;-----

---4- Ofício número quinhentos trinta e quatro, de cinco de dezembro corrente, do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes" acusando a receção da Moção



*Adido
Juliano*

Assembleia Municipal do Nordeste

sobre o Encerramento do Serviço de Finanças de Nordeste, e informando de que a mesma mereceu a sua melhor atenção;-----

---5- Ofício número sete mil trezentos e setenta e oito, de cinco de dezembro corrente, do Ministério da Justiça, acusando a receção e agradecendo o envio da Moção sobre o Encerramento do Tribunal Judicial de Nordeste;-----

---6- Ofício número mil quatrocentos e vinte e dois, de cinco de dezembro corrente, da Assembleia da República, informando de que as Moções sobre o Encerramento do Serviço de Finanças de Nordeste e do Tribunal do Nordeste, foram remetidas respetivamente, aos Senhores Deputados das Comissões Parlamentares de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, atendendo às matérias em causa;-----

---7- Carta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, agradecendo o envio das moções sobre o Encerramento do Serviço de Finanças do Nordeste e do Tribunal Judicial do Nordeste, e informando de que as mesmas serão analisadas com toda a atenção pelos deputados daquele Grupo Parlamentar;-----

---8- Ofício número quatro mil oitocentos e quarenta e oito, de dez de dezembro corrente, da Casa Civil do Presidente da República, acusando a receção e agradecendo o envio da Moção sobre o Encerramento do Tribunal Judicial do Nordeste e informando de que a mesma mereceu a sua melhor atenção;-----

---9- Email datado de dezasseis de dezembro corrente, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, acusando a receção e agradecendo o envio da Moção sobre o Encerramento do Serviço de Finanças do Nordeste, da qual tomaram boa nota;-----

---10- Ofício número dois mil quatrocentos e trinta e nove, de quatro de dezembro corrente, do Gabinete do Presidente do Governo Regional dos Açores, informando de que o assunto relacionado com o Serviço de Finanças do Nordeste mereceu a melhor atenção, e consciente de quão penalizadora será esta medida para as nossas populações, em devido tempo, deu conta desta preocupação e da sua firme oposição à mesma, através de carta à Senhora Ministra de Estado e das Finanças, conforme nota pública, divulgada no passado dia nove de outubro. Mais informa que continuará a envidar todos os esforços junto do Governo da República, para que a reforma prevista tenha em conta as especificidades dos Açores, em especial, a realidade

Nordeste, 20 de dezembro de 2013



insular e demográfica das nossas ilhas e dos nossos concelhos, no sentido de serem valorizados os serviços de proximidade e os princípios da coesão social e territorial constitucionalmente consagrados.-----

---11- Ofício número quatro mil oitocentos e cinquenta e três, de dez de dezembro corrente, da Casa Civil do Presidente da República, acusando a receção e agradecendo o envio da Moção sobre o Encerramento do Serviço de Finanças do Nordeste e informando de que a mesma será enviada para os devidos efeitos, ao Gabinete do Primeiro Ministro;-----

---12- Ofício com a referência PC 013-10, de dez de dezembro corrente, da Associação Cultural e Desportiva da Escola Básica e Secundária de Nordeste, informando os novos corpos gerentes para o próximo ano de 2014.-----

---Seguiu-se um período de intervenções, no qual foram colocados ao Sr. Presidente da Câmara algumas questões e tecidas algumas considerações de interesse geral:-----

---A inspetora Emília Mendonça cumprimentou todos os presentes e disse estar feliz por estar rodeada de amigos e disponível para colaborar com todos. -----

---Felicitou os nove Presidentes das Juntas deste Concelho, recentemente eleitos, e encetou um especial cumprimento ao Presidente da sua freguesia e à Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Algarvia, a única mulher a ser eleita para o cargo de Presidente de Junta no Concelho do Nordeste. Disse ainda que iria ceder a sua senha de presença nesta Assembleia, revertendo aquele valor monetário a favor de causas sociais a desenvolver no concelho, mediante critérios a definir pelo Município.-----

---Chamou a atenção para a existência de uma moradia na Rua da Mangana, em estado de degradação, bem como para a reorganização do estacionamento junto à escola primária da freguesia da Achadinha.-----

---Deixou uma sugestão para a comemoração dos 500 anos do Concelho, no sentido da autarquia levar a biblioteca a todas as freguesias do concelho, fazendo assim reviver o tempo em que existia a biblioteca itinerante da Gulbenkian e dando a conhecer a toda a população nordestense o rico espólio da nossa biblioteca, bem como incentivar a leitura.-----

---Disse ainda trazer um convite do grupo de estudantes do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores que levou à cena o



Armando
St. Aguiar

Assembleia Municipal do Nordeste

Teatro de Revista "O Cavalo da Troika", o qual irá ser repetido nos próximos dias 24 e 25 de janeiro, pelo que seria de bom de bom tom as nossas juntas e Câmara Municipal apoiarem a deslocação dos interessados em assistirem àquele Teatro.-----

---De seguida, interveio o Sr. Armando Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Salga, a alertar para o estado de degradação em que se encontra o pavimento da Rua Direita naquela freguesia, tendo solicitado que pelo menos fossem tapadas as covas.--

---Chamou atenção para as infiltrações que se verificam numa casa da freguesia, propriedade da Autarquia, residência de um casal de idosos, com problemas de saúde e sem recursos financeiros, solicitou que a Autarquia tivesse em conta esta situação.--

---Agradeceu ainda ao Sr. Presidente da Câmara o apoio concedido à freguesia na colocação de pessoal do Programa Recuperar.-----

---Seguidamente, interveio o Dr. Marco Mourão, cumprimentou o público presente e referiu que conforme resulta da lei nas sessões da Assembleia sempre existiu um período de intervenção aberto ao público, fazendo votos ainda para que mais pessoas participem nestas sessões.-----

---Questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando estava prevista a reabertura da Estalagem dos Clérigos.-----

--- De seguida, usou da palavra o Sr. Manuel Francisco Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Santana, para dizer que discordava dos critérios utilizados para as transferências para as Juntas de Freguesia, uma vez que se sente prejudicado em relação a outras freguesias, como por exemplo a freguesia da Salga. Referiu ainda que no Plano de 2014 da Autarquia estava prevista a correção e pavimentação da Rua da Cruz na Feteira Grande, mas que na freguesia existem outras com mais necessidade de reparação.-----

---A Dra. Nélia Vaz questionou se a mesa tinha dado a faculdade aos membros desta Assembleia Municipal de escolherem a forma como são enviados os documentos da respetiva ordem do dia desta Assembleia Municipal.-----

---Seguidamente, interveio o Sr. Cláudio Botelho, tendo este feito referência à crise que assola o nosso país e a nossa região, questionando o Sr. Presidente da Câmara das medidas que tinha tomado para combater a crise neste concelho.-----

---O Sr. Paulo Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Achada, usou da palavra para dizer que a casa da habitação que a Câmara possui na Achada, onde mora o Sr.



Gilberto Pereira, está a necessitar de obras a nível do telhado, perguntando para quando estava previsto a sua reparação e se o seu utilizador pagava alguma renda.---

---Às questões colocadas, O Sr. Presidente da Câmara respondeu:-----

---Em relação ao estacionamento junto da Escola Primária da Achadinha informou de que a Autarquia não tem nada planeado para a zona, mas que estará atenta à situação, analisará a mesma e dará conta da decisão. Achou a ideia da Biblioteca Itinerante muito interessante, realçando de que a Biblioteca Municipal possui um rico espólio bibliográfico, e que tem consciência que a atual localização da biblioteca não é a mais funcional.-----

---No que concerne, à participação no teatro de revista promovido pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores, o Sr. Presidente disse que era com muito gosto que iria conceder apoio a todos os que desejarem participar no evento.-----

---No que diz respeito ao pavimento da Rua Direita na Salga, referiu que a autarquia já tinha conhecimento desse facto e que este tinha sido um dos assuntos abordados na reunião com o Engº Bruno Pacheco, Diretor Regional de Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações, tendo em vista a colaboração a prestar a este Município.-----

---Em relação à habitação da Salga informou de que a mesma já foi retelhada e de que o Vereador Luís Dutra está a acompanhar a situação.-----

---No que concerne ao pessoal colocado ao serviço da Junta de Freguesia da Salga, através do Programa Recuperar, informou de que foi intenção da autarquia alargar este procedimento às Juntas de Freguesia e instituições do concelho que o desejassem, sendo esta uma forma de rentabilizar os serviços prestados pelos indivíduos colocados.-----

---À questão colocada sobre a Estalagem dos Clérigos, disse ser um tema que está em cima da mesa, e que ambas as forças partidárias abordaram o assunto na campanha eleitoral e que havia a necessidade de reestruturar o funcionamento da Estalagem dos Clérigos e que a proposta avançada pelo anterior executivo camarário não fazia sentido, razão pela qual os responsáveis pela Estalagem, não aceitaram a proposta. Disse ainda estar a envidar esforços junto do Secretário Regional do Turismo e Comunicação no sentido de encontrar a solução mais adequada para a reabertura daquele empreendimento turístico, passando sempre pela decisão dos



*André
M. Almeida*

Assembleia Municipal do Nordeste

donos do empreendimento, ou seja o Grupo Bensaúde.-----

---Em relação à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana, frisou que os critérios para a transferência de verbas para as freguesias são os que sempre foram usados, mas que estava na disposição de rever esta situação. ---

---Disse também que no Plano e Orçamento para 2014, existem obras que se referem apenas a obras antigas já efetuadas pelo anterior executivo, mas que infelizmente ainda não foram pagas.-----

---Em relação à questão colocada pelo do Sr. Cláudio Botelho, respondeu que atualmente no Concelho do Nordeste cerca de 80% dos desempregados tem menos que o 9.º ano de escolaridade, e é intenção deste Governo Regional aumentar o grau de escolaridade dos desempregados, proporcionando-lhes formação. Os colocados no programa Recuperar, quer do anterior executivo, quer do atual é sempre com o intuito de combater a crise e também o facto de se pagar atempadamente aos fornecedores e tentar equilibrar as contas, são igualmente medidas para combater a crise.-----

---No que concerne à casa da Rua Nova, na Achada, o Sr. Presidente informou de que tem conhecimento da situação e que a autarquia está a estudar a situação, bem como dos custos que envolvem a mesma, para posterior decisão e que o atual utilizador da moradia não está a pagar qualquer renda.-----

---Aproveitou a ocasião para dizer que existia uma outra situação em Santo António de Nordestinho, numa casa propriedade do município, cujo utilizador decidiu fazer demolições sem a autorização do anterior executivo, sendo também esta uma situação em que o rendeiro não paga renda.-----

---Por último esclareceu que, na última reunião da AMRAA onde foi proposto a adição de possíveis obras a ser apoiadas ainda pelo Proconvergência que estava em overbooking, o atual executivo pediu para a alterar a ordem de prioridades definida pelo anterior executivo, tendo retirado da mesma um possível investimento de aquisição de equipamentos eletrónicos como por exemplo os "tablets" para as Juntas de Freguesia, substituindo este projeto por um outro que tinha sofrido a desistência pelo anterior executivo referente a reparação de caminhos.-----

---Em relação à questão colocada pela Dra. Nélia Vaz, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a lei não faz referência ao modo de entrega da documentação da ordem do dia da Assembleia Municipal, referindo estar a utilizar o



mesmo método que vinha do anterior órgão, mas que não via inconveniente em alterar os procedimentos para casos pontuais, por solicitação dos próprios -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

--- Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, o Sr. Presidente da Câmara apresentou à Assembleia Municipal a atividade camarária, bem como a situação financeira do Município, a qual foi remetida a este órgão, através do ofício número três mil cento e dezasseis, de dezasseis de dezembro corrente.-----

---Sobre este assunto foram colocadas, ao Sr. Presidente da Câmara, as seguintes questões:-----

---O membro Marco Mourão congratulou-se pelas atividades desenvolvidas e que o Sr. Presidente da Câmara tinha sido bastante elucidativo, dizendo ainda bem, que a corrida Terras do Priôlo se tinha realizado, apesar do mau tempo, e que estava satisfeito pelo facto do promotor deste evento ter estabelecido uma colaboração com os Bombeiros, o que antes nunca tinha sido possível, por exigirem pagamento. Disse ainda que as inscrições para esta prova eram pagas, mas facto é, que só os atletas do concelho o fizeram, enquanto os que vieram de fora não pagaram.-----

---O Sr. António Miguel Soares, pediu a palavra para esclarecer que a iluminação do centro da freguesia da Lomba da Fazenda foi da responsabilidade desta, e quando o eletricista da Câmara se deslocou à freguesia, já a mesma estava praticamente pronta e que este só tinha prestado meio-dia de trabalho. Também questionou qual era o critério que a autarquia estava a utilizar para colocar o pessoal do Recuperar e se a cedência destes também iria abranger outras freguesias, para além da Salga.-----

---O Sr. João de Deus Sousa, disse que o relatório apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara era bastante elucidativo, referindo de que a apreciação técnica da DGAL, datada de 11 de dezembro corrente e rececionada na Câmara a dezassete do mesmo mês, alude que ainda não foram enviados os comprovativos dos pagamentos da 1.ª



Handwritten signature and initials in the top right corner.

tranche do PAEL , dizendo que este facto era impeditivo para o pagamento das 2.^a e 3.^a tranches do PAEL.-----

---De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo este esclarecido que os Bombeiros do Nordeste colaboraram com a autarquia na Corrida do Priôlo, mas também foram pagos para o efeito. Em relação ao pagamento das inscrições da mencionada corrida, não estava previsto o pagamento de inscrição por parte dos atletas federados, mas estes quando souberam que o valor da inscrição reverteria a favor de uma instituição do concelho, alguns também quiseram contribuir.-----

---No que concerne à iluminação das freguesias do Concelho, disse que na sua informação sobre o assunto não quantificou o apoio concedido às freguesias, realçando que a Edilidade colaborou com todas as freguesias.-----

---Quanto aos colocados, através do programa Recuperar, na freguesia da Salga, disse ter atendido a um pedido da respetiva Junta de Freguesia, uma vez que não tinha verba para o fazer, esclarecendo estar disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia neste sentido, bastando pedir este apoio à autarquia.-----

---Quanto à questão colocada pelo Sr. João de Deus, o Sr. Presidente da Câmara disse ser pertinente, questionando este se sabia como tinham sido feitos os pagamentos da 1.^a tranche do Pael, explicando que era dado o cheque às Empresas e estas eram obrigadas a assinar uma declaração de como prescindiam dos juros de mora, procedimento que não foi aceite por algumas das empresas. Aproveitou a oportunidade para informar de que hoje mesmo tinha recebido um mail a informar da transferência da verba da 2.^a tranche.-----

---PROPOSTA DE ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014/ APRECIÇÃO TÉCNICA DA DGAL – PAEL-----

---Presente a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Nordeste para dois mil e catorze, para efeitos de aprovação de acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e artigo 25.º, n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhados da apreciação técnica da Direcção-Geral das Autarquias Locais, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

---Na Proposta de Orçamento foi prevista uma receita total de € 10.213.180 (dez



milhões duzentos e treze mil cento e oitenta euros), sendo € 4.133.792,00 (quatro milhões cento e trinta e três mil setecentos e noventa e dois euros) de receitas correntes e € 6.079.388,00 (seis milhões setenta e nove mil trezentos oitenta e oito euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante.-----

---O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de € 3.342.248,00 (três milhões trezentos e quarenta e dois mil duzentos e quarenta e oito euros), e nas Atividades Mais Relevantes de € 2.541.894,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e um mil oitocentos noventa e quatro euros). -----

---Integrou o presente Orçamento o Mapa de Pessoal deste Município, nos termos do disposto no n.º 3, artigo 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----

---A Assembleia depois de analisar os referidos documentos, deliberou aprová-los por quinze votos a favor e nove abstenções.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--

---De seguida, os membros eleitos pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata justificaram as suas votações, através das Declarações de Voto que a seguir se transcrevem:-----

---Declaração de Voto do Partido Socialista:-----

---“Os signatários abaixo identificados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista apresentam esta Declaração de voto, de acordo com o Artigo 58º da Lei n.º75/2013 de 12 setembro, em relação à Proposta votada acima mencionada:-----

---Os membros desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista percebem claramente que esta câmara na elaboração do seu primeiro Plano e Orçamento após a sua tomada de posse sente-se condicionada com aquilo que é a herança dos anteriores responsáveis camarários.-----

---As despesas de capital deste Orçamento são todas direcionadas para pagar dívidas do passado, compromissos dos anteriores responsáveis desta câmara, que não conseguiram “limpar a casa” no seu último mandato à frente da nossa autarquia.-----

---Este é um Plano e Orçamento de transição, que atendendo à conjuntura em que se encontra a Câmara Municipal de Nordeste com o seu desequilíbrio financeiro não permite um corte com aquilo que foi o passado da anterior edilidade, pois existem compromissos atrasados que requerem o uso de verbas para cumprimento das



Handwritten signature

Assembleia Municipal do Nordeste

obrigações com os prestadores de serviços.-----

---No entanto, podemos afirmar que este é um orçamento e um plano realista que toma em conta a conjuntura em que vivemos no nosso concelho.-----

---Acreditamos que este plano pode ser executado com sucesso e com graus de execução bastante positivos, ao contrário daquilo que é a realidade dos últimos anos desta autarquia.-----

---Torna-se imperativo deixar bem claro, que todos os compromissos identificados da anterior autarquia devem ser cumpridos, uma vez que estão em causa verbas contratadas com prestadores de serviços com a autarquia, não sendo intenção desta autarquia prejudica-los mais do que estes já foram.-----

---Estamos satisfeitos que mesmo com os constrangimentos apresentados pelo Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela anterior câmara do PSD, esta nova edilidade conseguiu, no entanto, adicionar no Plano e Orçamento, algumas propostas daquilo que se pretende implementar no Nordeste para os próximos 4 anos. Propostas que foram colocadas à decisão dos nordestenses a 29 de Setembro tendo sido estas aprovadas pela maioria. Sendo por isso, necessário assumir dentro do que são as nossas limitações financeiras da autarquia, os nossos compromissos com os nordestenses.-----

---Relevamos com muito agrado nestas novidades do Plano e Orçamento o **Orçamento Participativo para 2014 (embora em fase de transição durante o ano de 2014); Fundo Municipal de Emergência – Rede Social; Implementação do quiosque de Turismo de Nordeste, Criação do banco de Ajudas Técnicas; Projeto de construção da cobertura para o recreio e outras atividades da EBJI Nordeste; Agenda Cultural do Nordeste, dirigida no ano 2014 para a celebração dos 500 anos a elevação do concelho; Início do estudo do campo de férias da Lazeira, Feira de promoção dos produtos locais e o Ninho de Empresas no Nordeste.**-----

---É nossa convicção que esta câmara que só tem 2 meses de vida vai fazer cumprir os projetos novos aqui apresentados e os compromissos do anterior órgão autárquico. Este é um Plano e Orçamento real, não empolado como foi o caso do último de 2013, apresentado nesta câmara no valor de 19.990.938€.-----

---No que concerne à apreciação técnica da DGAL –PAEL vemos com bons olhos as

Nordeste, 20 de dezembro de 2013



recomendações apresentadas sendo necessário o executivo ter em conta a importância de manter sempre uma gestão rigorosa ao longo deste ano, fazendo cumprir aquilo que aqui está estipulado, e que foi o compromisso eleitoral do Partido Socialista, reduzir a despesa do funcionamento da autarquia e fazer cumprir o equilíbrio das contas desta autarquia, nunca se esquecendo das valências de cariz social.-----

---Segundo a comunicação social, o sr. Vereador pelo PSD afirma que este Plano e Orçamento *“caso não fossem as receitas do anterior executivo, este orçamento seria um vazio total, apresentando uma evidente falta de ideias.”* Segundo o mesmo vereador *“promessas por cumprir são o mais abundante, inclusive surpreende as juntas de freguesia ao não lhes aumentar as transferências.”*-----

---Lamentamos estas afirmações descabidas e agora contrariadas pela própria apreciação técnica da DGAL sobre o Plano e Orçamento para 2014, referente á sua conformidade com o Plano e Empréstimo do PAEL aprovado pelo anterior executivo do PSD.-----

---Em relação ao **“vazio”** do Orçamento segundo o vereador do PSD, a página 4 da Análise aos documentos previsionais do Município do Nordeste para 2014 contradiz a demagogia do sr. Vereador do PSD afirmando **“que o exercício orçamental refletido no orçamento municipal e grandes opções do plano para 2014 desvia-se do inscrito no PAF que instruiu a candidatura ao PAEL,”**-----

---O documento da DGAL contraria ainda o sr. Vereador do PSD, no último parágrafo da página 4 quando refere que **“O município apresentou individualmente o mapa relativo ao PPI concluindo-se que a maioria dos investimentos nele inscritos não apresenta previsão no quadro XII – Lista de investimentos em curso e previstos, que integra o PAF. Refira-se que o município está sujeito a um contrato de reequilíbrio financeiro, pelo que qualquer investimento não previsto no PAF tem de respeitar o previsto no n.º2 e no n.º3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º38/2008, de 7 de março.”**-----

---No que concerne ao comentário descabido do vereador do PSD sobre as “promessas por cumprir” e as verbas a transferir para as “juntas de freguesias”, interessa lembrar aos membros da assembleia municipal eleitos pelo PSD e aos srs. Vereadores do PSD que segundo o Plano de Reequilíbrio Financeiro e PAEL



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Assembleia Municipal do Nordeste

assinados pelo executivo do PSD no passado mês de Agosto, não estava previsto qualquer verba a transferir para as juntas de freguesias referidas nas despesas de capital a transferir pela rúbrica descrita como INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS (ver Anexo A, página 8 da Análise aos documentos previsionais do município do Nordeste 2014). E o apoio a transferir às Instituições sem fins lucrativos, referente às diferentes instituições locais, no âmbito de despesas correntes, a autarquia liderada pelo PSD pretendia de acordo com o PAF reduzir as verbas a transferir para apenas 76.268,02€, sendo este valor aumentado, pelo atual executivo para 2014, para 149.675,00€.

---Mais uma vez, importa lembrar que na política não vale tudo e que "a mentira tem perna curta".

---Deste modo os membros abaixo assinados, congratulam-se pela forma realista que este plano e orçamento está elaborado, acreditando que a realidade deste plano será visível daqui a um ano com os graus de execução elevados que há muito não são comuns na nossa autarquia".

---Declaração de Voto do Partido Social Democrata:

--- "O Plano e orçamento do Município de Nordeste para 2014 apresenta uma previsão de receitas globais na ordem dos 10. 213, 000 euros, estimando-se 4. 133, 792 euros como receitas correntes e 6. 079 388 euros como receitas de capital ou investimento.

Na análise da receita estimada, verifica-se que o Município prevê receber do Estado ao abrigo da Lei das Finanças Locais 4. 069 milhões de euros, 2. 670 milhões dos Fundos Comunitários e prevê arrecadar de impostos locais menos de meio milhão de euros.

---Verifica-se assim, comparativamente com o Orçamento do ano de 2013, uma descida de valores para quase metade, ou seja: passámos de 19. 990 milhões de euros em 2013 para 10. 213 milhões em 2014. Se não fossem as receitas deixadas pela gestão anterior através de obras aprovadas ao abrigo dos Programas Comunitários (Feder, Feoga e Interreg de que o Município se mostrou exímio, conseguindo valores que ultrapassaram a sua quota comunitária na Região em mais de 100%), estimadas em 2. 670 milhões de euros, bem como do PAEL no valor de 3. 044 milhões de euros, o que totaliza uma **receita extra** na ordem dos 5. 714 milhões, o Orçamento da Câmara do Nordeste atingiria apenas os valores mínimos históricos

Nordeste, 20 de dezembro de 2013



de 4. 499 milhões, menos de metade do valor apresentado de 10. 213 milhões.-----

---Tendo em conta as promessas da atual gestão socialista da Câmara à população e às instituições do concelho, verifica-se uma falta de ambição que vai pôr em causa de forma significativa as aspirações dos Nordestenses de mais e melhor qualidade de vida. Os programas sociais são insignificamente dotados. O Plano de Emergência Social para acudir a situações de famílias e pessoas em desequilíbrio, apresenta uma verba simbólica de 11.500 euros, o Programa de apoio dos desempregados que atingia na gestão anterior valores significativos, apresenta uma verba mínima de 10.100 euros e o Programa Recuperar uma verba de apenas 9. 000 euros, tudo isto numa altura em que aumentam todos dias o número de desempregados.-----

---Por outro lado não se prevê qualquer investimento novo significativo. A atual equipa nem negociou com a AMRAA a distribuição das verbas Comunitárias não utilizadas por outros Municípios da Região.-----

---Outros sim é a constatação através dos Documentos de Apreciação Técnica da DGAL ao Plano e Orçamento para 2014, que o Município sobre dotou a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços em 663, 625 euros, “mas que não irá executar”, o que é surpreendente e revela a falta de coerência e seriedade na apresentação de um documento que devia ser mais rigoroso.-----

---Em síntese, tendo em conta a redução substancial da atividade da Câmara, nomeadamente em obras, os constrangimentos próprios da conjuntura económica e social que atravessamos e a redução de receitas constatadas neste Plano, o PSD nesta Assembleia Municipal é de parecer que deviam ser estudadas formas de contenção de despesas, designadamente ao nível de pessoal político, não fazendo qualquer sentido na atual conjuntura a existência de dois vereadores a tempo inteiro e muito menos o aumento de despesa provocado pela admissão de uma secretária pessoal para a presidência, fora do quadro do Município, principescamente paga, face aos valores pagos aos funcionários da Câmara com idêntica formação, pelo que apresenta esta declaração de voto para os devidos efeitos”.-----

---APRESENTAÇÃO PELO AUDITOR EXTERNO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA EXTERNA REALIZADA AO PASSIVO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DO NORDESTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012-----



Handwritten signature: A. de Sousa

Assembleia Municipal do Nordeste

--Esteve presente nesta reunião o Dr. André Carreiro, da Empresa Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, o qual apresentou o resultado da análise do passivo consolidado do Município do Nordeste e das Empresas Municipais e suas participadas e que foi elaborada com base nas contas auditadas e aprovadas pelo anterior executivo com data de referência de trinta e um de dezembro de 2012, uma vez que as contas referente àquele período estão encerradas.-----

--De acordo com a referida auditoria o total das dívidas e responsabilidades do Município e Empresas Municipais em trinta e um de dezembro de 2012 ascendiam a aproximadamente 37 milhões de euros e decomposta da seguinte forma: Município do Nordeste – € 17.061.334,00; HSN – € 2.264.578,00; Nordeste Ativo - € 3.545.570,00; DNHS – € 4.626.805,00; GEDERNOR – € 9.758.567,00.-----

---O Sr. João de Deus Sousa questionou a razão pela qual não foi o auditor da Câmara a fazer esta auditoria e a mesma não abranger o período até a 21 de outubro de 2013.-----

--- O Sr. Dinis Miranda perguntou qual era o custo da auditoria. -----

--Às questões colocadas o Sr. Presidente da Câmara respondeu que a auditoria não abrangeu o ano de 2013 pelas razões já apontadas pelo Dr. André Carreiro, ou seja por não estar encerrado o exercício referente ao ano de 2013.-----

---O Sr. Presidente da Câmara felicitou o Dr. André Carreiro pela forma de como fez a apresentação deste trabalho, o qual espelha de forma bem clara o endividamento da autarquia, e que poderá ser comparada muito brevemente com o relatório da inspeção do Tribunal de Contas. O Sr. Presidente da Câmara perguntou ao Dr. André Carreiro, por forma a responder ao Sr. Dinis Miranda e a todos os deputados municipais presentes, o custo de uma auditoria desta natureza.-----

---De seguida, foi dada a palavra ao Dr. André Carreiro tendo este reafirmando que os resultados da presente auditoria, terão dois momentos distintos, este que dizia respeito aos resultados que estavam ser apresentados com referência a 31 de dezembro de 2012, porque era o exercício que estava encerrado e posteriormente serão apresentados os resultados referentes a 31 de dezembro de 2013. Disse que tinha sido o seu gabinete a fazer o estudo para a elaboração do PAEL, o que permitiu haver já muita informação recolhida. Disse ainda que esta auditoria tinha sido a custo zero, tendo em conta a situação financeira da Câmara Municipal e o espírito de



colaboração existentes entre as duas entidades.-----

---Respondendo à pergunta do Sr. Presidente sobre o custo da auditoria referiu que não foi preparada proposta para este serviço, mas o mesmo poderia variar entre os 5.000,00 € e os 20.000,00 €, dependendo da profundidade do trabalho.-----

---O Sr. Vereador Rogério Frias, depois de obter a anuência do Sr. Presidente da Câmara disse que os resultados apresentados deveriam ser até à presente data, uma vez que em dez meses foram pagos alguns milhões de euros, referindo que estavam também a misturar as contas da Câmara Municipal, com a HSN e com a parceria pública ou privada, em que nesta 51% do capital é de um privado. Repudiou o montante da dívida apresentada e disse que não se pode misturar dívida da Câmara com subsídios à exploração.-----

---Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os 9,7 milhões de euros da Gedernor em dívida na Caixa Geral de Depósitos foram garantidos por uma carta conforto assinada pela anterior Câmara Municipal e não pelos Irmãos Cavaco S.A.-----

---O Dr. André Carreiro disse que em 2013 o que se ia verificar em relação à Câmara Municipal era uma transformação do passivo a curto prazo para médio e longo prazo, devido aos pagamentos efetuados em 2013, com as verbas recebidas do Pael/Reequilíbrio, mas que a dívida continuaria a existir, só que à banca em vez de aos fornecedores.-----

---O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a explanação técnica efetuada pelo Dr. André Carreiro e que brevemente viria novamente à autarquia para apresentar a restante parte da auditoria, fazendo votos que sobre este assunto não houvesse mais dúvidas.-----

--- O Dr. André Carreiro disse que foi com muito gosto que esteve presente nesta sessão para apresentar o trabalho e demonstrou a sua disponibilidade para colaborar em tudo o que estiver ao seu alcance.-----

---Após todos os esclarecimentos os membros do Partido Social Democrata nesta Assembleia apresentaram a seguinte declaração:-----

---"O Grupo do PSD na Assembleia Municipal vem lamentar a iniciativa da maioria socialista neste município, leia-se Presidência da Câmara, a qual mais não visa do que trazer chicana política, desresponsabilizar-se das promessas eleitorais que fez em campanha e arranjar desculpas para as suas limitações e incapacidades. Se



Handwritten signature

Assembleia Municipal do Nordeste

tivéssemos no passado alinhado nas propostas irresponsáveis do PS, teríamos uma situação completamente descontrolada. É uma pura perda de tempo fazer uma auditoria às contas de 2012, quando a Câmara Municipal tem muitos e urgentes problemas para resolver, como o emprego para jovens, homens e mulheres, os problemas de habitação das famílias e as carências alimentares de muitos agregados que passam por sérias dificuldades. Acresce a isto, conforme reporta a DGAL em ofício com data de 11.12 e entrada a 17.12, a Câmara quase dois meses depois da sua tomada de posse ainda não tinha remetido aquela entidade " a comprovação do pagamento integral das dívidas elegíveis abrangidas pela 1ª tranche, nem evidências do grau de cumprimento previstas no PAF e respetivo impacto", o que é deveras preocupante para as empresas e empresários do concelho que aguardam pelas 2ª e 3ª tranches do PAEL.-----

---Era desnecessário esta auditoria, porque se reporta a 2012, quando estamos no final de 2013 e nos 10 meses de gestão social democrata foram pagos milhões de euros e isto faz toda a diferença, com os valores de 2013 menores que os de 2012.

O Grupo do PSD estranha ainda que existindo um único Auditor Externo nomeado pela Assembleia Municipal e pago pelo Município, não seja o mesmo que esteja a apresentar e a interpretar os valores do orçamento e da conta de gerência, os quais foram analisados e vistos pelo Ministério das Finanças, DGAL e Tribunal de Contas. Lamenta que se esteja a fazer despesa para agora ou para mais tarde mesmo que se declare que nada custa. Há muito que se sabe que "não há almoços grátis, como diz o nosso povo".-----

---Os números apresentados nada trazem de novo. Estão há muito espelhados nos documentos previsionais (Planos e Orçamentos) e contas de gerência. Onde divergimos é na interpretação a dar aos valores. Tal como acontece nas contas da Região Autónoma dos Açores, uma coisa é a dívida da Câmara de curto e médio-longo prazo, outra é a dívida das Empresas Municipais. Confunde-se de propósito subsídios à exploração, transferências e rendas como dívida, quando se sabe que isso não é correto.-----

---Outrossim é considerar-se como dívida municipal os encargos de empresas cujo capital social é maioritariamente privado. Quando muito, apurados os resultados, o que se poderia avaliar era os compromissos na proporção correspondente às



quotizações de cada sócio. Por isso, reafirma-se que à data de posse do novo executivo (21 de outubro de 2013) os valores em causa relativos à gestão do Município eram:-----

--- Dívida da Câmara – 16. 657 milhões;-----

---Dívida das Empresas – 6. 320 milhões.-----

---Valores assim distribuídos: HSN-2 milhões e quinhentos mil; DNHS- Dois milhões e quinhentos mil; Dívida da Nordeste Ativo, após pagamento da Câmara Municipal de 1 milhão de euros inscrito no PAEL e da transferência dos terrenos do Pocinho e respetivos encargos no valor de 300 mil euros, fica deste modo: $2\ 620 - 1\ 300 = 1$ milhão trezentos e vinte mil euros.-----

---Existe o compromisso da Câmara no Plano de Reequilíbrio Financeiro de transferir verbas para a Gedernor através da Nordeste Ativo através dum contrato programa para a construção das piscinas, mas essas transferências conforme determina a lei só podem acontecer quando as obras forem concluídas, vistoriadas e entregues ao Município, tal como ocorreu com o Governo Regional com as Scut.-----

---Os valores previsionais, insiste-se, indicados no mapa com as responsabilidades contratuais plurianuais carecem de uma atualização e correção plurianual, uma vez que a Caixa Geral de Depósitos, entidade financiadora daquela empresa, em proposta enviada à mesma, a qual se encontra arquivada na Câmara e foi remetida ao Tribunal de Contas, aprovou uma reprogramação dos encargos repartidos de forma mais suave com um período de carência em 2014 e pagamentos pela empresa de 50 000 euros em 2015, valores substancialmente inferiores aos que se encontram registados.-----

---Registe-se ainda que a Câmara Municipal tem para receber em reembolsos, fruto da boa gestão anterior de fundos comunitários, a importância de 1. 353 991,20 euros e também fruto da boa negociação com empreiteiros e fornecedores, o município poupou a importância de 592. 085, 27 euros em 2013, em juros.-----

---Talvez tenha sido isso que permitiu à gestão socialista ter uma secretária pessoal de fora do quadro da Câmara, o que nunca foi necessário e dois Vereadores a tempo inteiro na ordem de muitos milhares de euros para este mandato, quando a atividade da Câmara reduziu imenso e a conjuntura atual é de contenção”.-----

--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA – ELEIÇÃO DE QUATRO



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

MEMBROS PARA CONSTITUIR O CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL-----

---Presente uma carta datada de vinte e um de novembro findo, da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, informando de que é sua intenção promover a instalação do Conselho de Ilha de São Miguel no próximo mês de janeiro, tendo sido, entretanto, solicitado aos membros, nos termos legais, a indicação dos seus representantes.-----

---No caso deste Órgão há que eleger, para além da representação do respetivo Presidente, mais quatro membros eleitos nos termos da alínea b) do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, ou seja por listas, segundo o método da média mais alta de Hondt.-----

---Para o efeito, foram apresentadas as seguintes listas:-----

---Grupo do Partido Social Democrata - Lista A-----

---João de Deus Andrade de Sousa;-----

---Nélia Moniz Vaz;-----

---Cláudio Ernesto Borges Botelho;-----

---Dinis Alberto Pereira Miranda.-----

---Grupo do Partido Socialista - Lista B-----

---António Carlos Teves Cabral de Melo;-----

---Paulo César Pereira Pacheco;-----

---Alexandra de Fátima Barbosa Cabral Mestre;-----

---Manuel Francisco Cabral Costa.-----

---Seguidamente, procedeu-se à votação por escrutínio secreto das referidas listas, tendo a Lista A obtido dez votos, e a Lista B catorze votos.-----

---Em face de tais resultados, ficaram assim eleitos para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel os seguintes membros desta Assembleia Municipal:-----

---António Carlos Teves Cabral de Melo;-----

---João de Deus Andrade de Sousa;-----

---Paulo César Pereira Pacheco;-----

---Nélia Moniz Vaz;-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--



---PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO-----

---Presente o ofício número três mil e noventa e nove, de doze de dezembro corrente da Câmara Municipal de Nordeste, submetendo à apreciação e votação deste Órgão a proposta de alteração ao regulamento referenciado em epígrafe, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.---

--- As alterações propostas que se encontram assinaladas a amarelo, visam a atualização do referido regulamento, face às exigências da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como o cumprimento do compromisso assumido no Formulário de Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) no que diz respeito à referida atualização.-----

---A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar a presente proposta de alteração ao Regulamento do Sistema de Controlo Interno.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--

---PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS-----

---Presente o ofício número três mil e noventa e sete, de doze de dezembro corrente, informando de que nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.-----

---Face ao exposto a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 9 de dezembro corrente deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor a este Órgão a fixação da taxa de 5% referente à participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.-----

---A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar a presente



Handwritten signature and initials in the top right corner.

proposta.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--

---Neste momento os membros Srs. Alexandra de Fátima Barbosa Cabral Mestre e Marco Paulo Rebelo Mourão, depois de obterem a autorização da Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, ausentaram-se da presente sessão, em virtude de terem compromissos assumidos e inadiáveis.-----

---MOÇÃO – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE DO NORDESTE-----

---Presente a Moção referenciada em epígrafe, subscrita pelo Grupo do Partido Social Democrata nesta Assembleia, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

---"Numa sociedade moderna e com qualidade de vida, os cuidados de saúde primários devem ser objeto de primordial importância e prioritários para qualquer região, ademais periférica, como é o caso do concelho de Nordeste, merecendo por isso, em nosso entender, especial atenção por parte da SRS (Secretaria Regional da Saúde) e do Governo Regional que suporta aquela. Considerando que:-----

---1. O Centro de Saúde de Nordeste mantém neste momento um regime de funcionamento com um SAP 24 horas por dia, internamento e ambulatório;-----

---2. O atual modelo tem servido muito bem a população, por prestar bons serviços e possuir técnicos competentes, assim como evidenciar boa organização que satisfaz plenamente os interesses desta população;-----

---3. Nos últimos tempos, o Governo Regional, através da respetiva SRS, pretende esvaziar o Centro de saúde, retirando aqueles serviços no período compreendido entre as 24h e as 08h;-----

---4. Os Nordestenses têm mostrado o seu incómodo de várias formas, face a este cenário, verificando-se sempre a mesma intransigência e teimosia por parte do governo nesta matéria, com os inconvenientes que advirão;-----

---5. O Nordeste continua ainda a ser um concelho periférico, cuja distância, para a população idosa que se dirige aos centros urbanos da ilha, continua a depender de transporte público, com uma oferta muito reduzida de transportes.-----

---6. Notando-se que a medida agora preconizada é um atentado político, que visa,



apenas e só, esvaziar serviços existentes no concelho, acabando com o carácter de proximidade que deve nortear qualquer serviço público, com os inconvenientes daí inerentes.-----

---Os elementos afetos ao PSD Nordeste neste órgão propõem a apresentação desta moção no sentido de apelar ao bom senso das entidades competentes na matéria, solicitando que não sejam tomadas medidas que venham a interferir com o normal funcionamento do Centro de Saúde de Nordeste, como é a medida agora preconizada.-----

---Deverá dar-se conhecimento do teor desta moção ao Presidente da Assembleia Regional, ao Presidente do Governo Regional, ao Secretário Regional da Saúde, aos líderes dos partidos políticos com assento na Assembleia Regional, aos deputados regionais, à Unidade de Saúde de Ilha e ao Diretor do Centro de Saúde de Nordeste.

---De seguida, os membros do Grupo do Partido Socialista apresentaram a seguinte alteração à referida Moção:-----

---“Os elementos afetos ao PSD Nordeste neste órgão propõem a apresentação desta moção no sentido de apelar ao bom senso das entidades competentes na matéria, solicitando que não sejam tomadas medidas que venham a interferir com o normal funcionamento do Centro de Saúde de Nordeste, como é a medida preconizada.-----

---De forma a rentabilizar os recursos financeiros dos dinheiros públicos propõe-se a aplicação do sistema de chamada, por parte dos médicos, em vez do de prevenção, durante o período das 00 às 8 horas, uma vez que a presença física daqueles profissionais, durante o período referido, não é tão comum.-----

---Deverá dar-se conhecimento do teor desta Moção ao Presidente da Assembleia Regional, ao Secretário Regional da Saúde, aos Líderes dos Partidos Políticos com assento na Assembleia Regional, aos deputados regionais, à Unidade de Saúde de Ilha e ao Diretor do Centro de Saúde de Nordeste”.-----

---Colocada à votação a proposta de alteração, foi a mesma aprovada por catorze votos a favor e oito votos contra.-----

---Colocada a moção a votação com as alterações propostas pelo Grupo do Partido Socialista, foi a mesma aprovada com dezanove votos a favor e três votos contra.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.---



Handwritten signature

---CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

---A Assembleia deliberou, por unanimidade criar um grupo de trabalho para elaboração do Regimento deste Órgão, o qual será constituído pelos seguintes elementos, conforme proposta apresentada pelo Grupo do Partido Socialista:-----

---António Carlos Teves Cabral de Melo;-----

---António Fernando Pacheco de Sousa;-----

---Paulo César Pereira Pacheco;-----

---Nélia Moniz Vaz;-----

---Isabel da Conceição Alvernaz Melo Oliveira.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--

---PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO-----

---Estiveram presentes nesta sessão os cidadãos José Manuel Pimentel Furtado e Roberto Carlos Lima Moniz, residentes na freguesia de Santana, Renato Feleja Silva e Paulo Jorge Rebelo Vizinho, residentes na freguesia de Algarvia.-----O Sr. José Manuel Furtado disse ter ficado bem esclarecido quanto à dívida da Câmara Municipal, dizendo que contra factos não havia argumentos. Sugeriu que a Câmara Municipal negociasse com a banca a dívida, uma vez que esta também é culpada da atual situação, atendendo que financiou projetos sem qualquer viabilidade para o concelho. Disse ainda que este executivo tem um compromisso com os nordestenses e não poderá deixar de o cumprir para pagar os erros do anterior executivo.-----

---E por não haver mais nada a tratar, e sendo quinze horas, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei encerrada a sessão, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia, e por mim,

Paulo Cesar Pereira Pacheco que a redigi e subscrevi.-----

Anabela Maria da Silva



Assembleia Municipal do Nordeste

Trabalho Cesar Pereira Pacheco
Salvo da licenciatura e da turma de 2013

Nordeste, 20 de dezembro de 2013

Página 24 de 24